

A Europa e o desenvolvimento

CARLOS PIMENTA

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO
SÓCIO FUNDADOR DO OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA E GESTÃO DE FRAUDE

Os anos oitenta do século passado são de profundas alterações na economia mundial. A microinformática progrediu tecnologicamente e expandiu-se socialmente. Ronald Reagan e Margaret Thatcher personificaram a implantação de uma política de entrega da hegemonia económica às grandes empresas com correspondente enfraquecimento do Estado. A queda do Muro de Berlim simbolizou a degradação das economias socialistas e a mundialização político-económica do modo de produção capitalista.

Desde a revolução industrial que conhecemos as suas características: propriedade privada dos meios de produção, hegemonização do lucro no conjunto dos objectivos da dinâmica social, apropriação da natureza e dos homens como instrumentos do crescimento⁽¹⁾. A sua dinâmica já estava explicitada: grande capacidade de implantação e alteração social, concentração e centralização do capital, crescimento desigual (espacial, sectorial e individual), influência, e tentativa de controlo, do poder político e simbólico, dinâmica intrinsecamente contraditória e conducente à explosão de crises de sobreprodução (ou subconsumo).

Da fusão destas dinâmicas, secular e específica de uma determinada época, resultaram outras linhas de evolução. Surge uma nova fase do capitalismo, a globalização. As suas principais características são a aceleração da mundialização das relações sociais e da economia, a hegemonização do capital financeiro e correspondente subestimação do capital industrial, que é exportado para espaços geográficos periféricos, e a glorificação do individualismo. Os EUA reforçam a sua hegemonia político-militar à escala mundial, enquanto a unificação alemã criou condições para a germanização do espaço europeu⁽²⁾.

A financeirização da economia é parte de um processo que envolve outras vertentes. Aumenta a quantidade, relativa e absoluta, de capital fictício, isto é, dos rendimentos inseridos num processo de

A crise manifestou-se na Europa de forma muito violenta, mais intensa que na economia mundial e que no epicentro da crise do “subprime”. As desigualdades entre os países europeus intensificaram-se. O sistema bancário mostrou a sua fragilidade, apesar de ser considerado um dos pilares da actividade económica. Na sua queda arrastou Estados, produção e empregos.

valorização individual sem correspondência em actividades produtivas. Por outras palavras, a lucratividade de uns não está associada a novo valor acrescentado, mas à apropriação dos rendimentos de outrem. A economia não observada⁽³⁾ atinge valores impensáveis, pela crescente relevância da economia subterrânea⁽⁴⁾, grosso volume da economia ilegal e marginalização da economia informa⁽⁵⁾. Em resultado destas circunstâncias, e da complacência dos Estados e das instituições supranacionais, aumentam brutalmente as desigualdades económicas e sociais. O enriquecimento de uns deixa de ser a alavanca para a melhoria das condições de vida dos outros, antes pelo contrário.

As infracções económico-financeiras reforçam-se e institucionalizam-se. À propensão à crise, inerente ao capitalismo, associam-se as dinâmicas, estrutural e conjuntural, da criminalidade económica e da fraude inerentes à financeirização e ao enfraquecimento político dos Estados⁽⁶⁾.

NA ECONOMIA

Qual a posição da Europa neste contexto mundial e ainda no impacto da crise iniciada em 2007?

Por uma vontade política sem correspondência nas condições objectivas criou-se o euro, tendo os países aderentes conhecido, mesmo antes de desencadear a crise, taxas de crescimento do produto interno inferiores aos verificados na União Europeia, nos EUA e no mundo⁽⁷⁾. Simultaneamente, reduziu-se a coesão interna das regiões da União Europeia, e a expansão para novos espaços agravou essa situação.

A crise manifestou-se na Europa de forma muito violenta, mais intensa que na economia mundial e que no epicentro da crise do *subprime*. As desigualdades entre os países europeus intensificaram-se. O sistema bancário, alicerçado no capital fictício, inserido num luxuriante manuseamento abusivo de recursos, em que a ética era

estrangulada pela ânsia de manipulação de resultados e de fraude, mostrou a sua fragilidade, apesar de ser considerado um dos pilares da actividade económica. Na sua queda arrastou Estados, produção e empregos. Depois da crise, a recuperação económica da Europa tem sido mais lenta e instável que a economia mundial e a economia dos EUA. A Europa reduziu a importância da sua inserção na economia mundial⁽⁸⁾.

As condições de vida das populações degradaram-se, com elevadas percentagens de desemprego, nomeadamente duradouro, atingindo vários níveis etários. A insegurança, a incerteza em relação ao futuro, a separação entre sociedade civil e Estado aumentaram, reduziu-se a coesão social. Retomando erros já cometidos aquando da crise de 1929-33 adoptou-se uma política restritiva e esqueceu-se, com uma amnésia profunda, que Keynes e muitos outros economistas já tinham existido. A dinâmica de dependência dos mercados financeiros reforçou a degenerescência das relações éticas na actividade económica, na política e na sociedade.

Ao mesmo tempo que aumenta para milhões de cidadãos da Europa a carga fiscal, incluindo na União Europeia, continuam a existir os paraísos fiscais e judiciários que garantem às empresas internacionais e às grandes fortunas impostos irrisórios, branqueamento de capitais e encobrimento da identidade.

NO ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO

O que significa, neste contexto, 2015 ser Ano Europeu para o Desenvolvimento, “uma oportunidade para sensibilizar os cidadãos europeus para as políticas de desenvolvimento da União Europeia e para o seu papel enquanto um dos principais agentes mundiais na luta contra a pobreza”?

Em primeiro lugar, é difícil compreender que seja uma iniciativa exclusivamente para o exterior. O decres-

cimento do PIB em diversas regiões da Europa em vários anos recentes, a atenuação do investimento produtivo, as grandes manchas de desemprego, significativamente de longa duração e dos jovens, a restrição dos apoios sociais a camadas mais fragilizadas da população, o alastramento da fome, enfim as frequentes políticas de austeridade em diversos países, o agravamento das desigualdades regionais e pessoais, eram matéria suficiente para a UE também olhar para o seu próprio espaço.

Em segundo lugar este é mais um projecto de “cooperação para o desenvolvimento”, uma indústria essencialmente favorável para os países já desenvolvidos, um subtil prolongamento de dependências geradas durante o colonialismo, uma errónea concepção do desenvolvimento, assumido como mito reproduzível em todas as sociedades, uma experiência desastrosa de décadas. Em muitas situações, se se pretende valorizar o “desenvolvimento” há que atenuar a “cooperação”⁽⁹⁾.

Será que a União Europeia nada pode fazer para apoiar os países subdesenvolvidos (em vias de desenvolvimento na terminologia oficial)? Claro que pode e deve. De várias possibilidades, centrar-me ia numa temática pouco abordada a propósito do desenvolvimento: a ética.

Alguns apontamentos e dúvidas sobre o assunto.

O índice da percepção da corrupção publicado anualmente pela Transparência Internacional mostra que muitos países genericamente designados do “sul” são os mais corruptos. A corrupção nos países europeus é manifestamente mais baixa. Vários trabalhos mostram que há uma correlação negativa entre corrupção e desenvolvimento, aparecendo frequentemente aquela como a causa. Duas perguntas surgem de imediato.

Será que a corrupção existe sem corruptores? Será que as empresas e as instituições, públicas ou privadas, têm um comportamento ético e idóneo quando pretendem

intervir nessas sociedades? Há poucos dados para responder à questão, mas há estimativas que mostram que a corrupção até pode estimular alguns países a intervirem nesses mercados (*quicá* porque as barreiras de entrada para a concorrência são maiores). Simultaneamente, é sabido que numa feroz concorrência internacional funciona, o que podemos designar pela lei de Gresham da ética: os mais defraudadores estão em melhores condições para vencer a concorrência.

Para onde vão as riquezas apropriadas pela corrupção, pelos negócios ilegais, pela fraude fiscal praticada em todo o mundo? A resposta é simples: para os paraísos fiscais e judiciários. E estes estão concentrados nos países desenvolvidos e bem comportados, muitos deles na Europa ou controlados a partir dela. Duas estimativas são suficientes para mostrar a sua importância: (a) o valor da ajuda ao desenvolvimento no “sul” é inferior ao que saiu dos países subdesenvolvidos para os paraísos fiscais; (b) estima-se que as manipulações dos preços de transferência entre os segmentos das multinacionais, passados de alguma forma pelos *offshores*, prejudicam os países em desenvolvimento em 160.000 milhões de dólares por ano⁽¹⁰⁾.

Enfim e finalmente, uma proposta. Uma forma da Europa contribuir para o desenvolvimento seria pugnar por um comportamento económico mais ético e ser um baluarte da luta contra a existência de paraísos fiscais e judiciários. ><

NOTAS

- (1) Sobre esta última vertente ver, por exemplo, Polanyi, Karl. *A Grande Transformação. As Origens da Nossa Época*.
- (2) Para uma análise mais detalhada destas matérias ver Pimenta, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.
- (3) Engloba o conjunto das actividades económicas que não constam da contabilidade nacional, ou, pelo menos, não constam em resultado das actividades registadas dos agentes económicos.
- (4) Conjunto de actividades que não dão lugar a qualquer registo, para fugirem aos impostos e prestações sociais.
- (5) Conjunto de actividades económicas que, pela sua pequena dimensão, estão estreitamente associadas a uma estratégia de sobrevivência, ocorrem nas fronteiras, ou fora, dos circuitos sociais instituídos.
- (6) Sobre esta dimensão criminológica sugere-se duas leituras: (1) Gayraud, Jean-François. 2011. *La Grande Fraude. Crime, Subprimes et Crises Financières*. Paris: Odile Jacob; (2) Pimenta, Carlos, & Óscar Afonso. 2014. "Notes on the Epistemology of Fraud." In *Interdisciplinary Insights on Fraud*, coordenado por Aurora A. C. Teixeira, António Maia, José António Moreira e Carlos Pimenta, 8/32. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- (7) Utilizamos as estatísticas do Banco Mundial.
- (8) As tentativas da União Europeia para reforçar a utilização de África não foram integralmente bem sucedidas.
- (9) Este parágrafo centra-se num trabalho realizado em 2007 sobre esse continente: "Embuste do desenvolvimento." *Africana Studia -Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º. 10.
- (10) Sobre estas e outras informações ver Shaxson, Nicholas, 2011, *Treasure Island. Tax Havens And The Men Who Stole The World*.